

A PRÁTICA DISCURSIVA DAS ALTAS HABILIDADES E A RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Karin Ritter Jelinek

karinjelinek@furg.br

Universidade Federal do Rio Grande – FURG – Brasil

Tema: Educación Matemática y Participación Crítica en las Políticas Públicas

Modalidade: CB

Nível educativo: no específico

Palavras-chave: altas habilidades; inclusão escolar; racionalidade neoliberal.

Resumo:

O presente trabalho visa discutir a (re)atualização do discurso das altas habilidades em matemática na contemporaneidade. Para isso, fez-se uso de ferramentas foucaultianas como normalização, governo e neoliberalismo, com o intuito de discutir acontecimentos da história da humanidade que podem ter influenciado a forma como se entende o sujeito das altas habilidades hoje. Por fim, o texto aborda os efeitos da prática discursiva da inclusão e o seu entrelaçamento com a racionalidade neoliberal contemporânea.

A discussão acerca das altas habilidades está cada vez mais presente nas salas de aula da atualidade e podemos perceber que a escola contemporânea vivencia um desconforto ante os discursos pró-inclusão. Mas como entender os diferentes sujeitos da inclusão? Como desenvolver uma prática educativa que contemple as diferenças de/na aprendizagem?

Entre 2002 e 2006 houve um crescimento de 194% das matrículas inclusivas nas escolas regulares (MEC/INEP) e dentre este universo de educandos temos aqueles chamados de portadores de altas habilidades em matemática. Frente a tais dados, se faz pertinente compreender como tem se constituído a prática discursiva das altas habilidades na contemporaneidade.

O discurso das altas habilidades, assim como grande parte dos discursos, é composto por descontinuidades e atualizações. O presente trabalho se propõe a olhar para o discurso das altas habilidades em matemática sob outra perspectiva, utilizando-se para isso as ferramentas analíticas do pós-estruturalismo, mais especificamente, com o auxílio de ferramentas foucaultianas.

As práticas discursivas das altas habilidades relacionam-se com o que Foucault (apud FISCHER, 1999, p. 44) sugere em relação às possibilidades de “submissão da subjetividade”, visto que as relações de poder existem de forma pulverizada e se relacionam com as formas de assujeitamento dos indivíduos. No que tange à constituição

de identidades, Deleuze esclarece que uma das formas de sujeição que se faz presente em nosso cotidiano é aquela que “consiste em ligar cada indivíduo a uma identidade sabida e conhecida, bem determinada de uma vez por todas” (2006, p. 113).

Da mesma forma, podemos analisar o papel dos processos de seleção e identificação dos sujeitos com altas habilidades enquanto dispositivos de controle, tendo como base tanto o dito quanto o não-dito. Cabe colocar que tal processo constitui um conjunto de práticas discursivas que coloca em movimentação determinados regimes de verdade, os quais estão em conexão com as relações de poder que permeiam este tempo e espaço. Além disso, podemos dizer que se fundam enquanto dispositivo por constituir um tipo específico de sujeito, o sujeito das altas habilidades.

A (re)atualização do discurso das altas habilidades em matemática

Buscando compreender como vem se constituindo esse que estamos chamando de sujeito das altas habilidades, cabe explorar as movimentações que envolvem tal área a partir das políticas educacionais, dos acontecimentos na sociedade civil e na produção científica. Inicialmente é possível observar que tais sujeitos tiveram as atenções voltadas para si em dois momentos marcantes da história da humanidade.

No passado, eles eram conhecidos como *superdotados*, termo colocado em desuso posteriormente, por remeter a uma ideia equivocada de um super aluno ou de um sujeito com super dotes. A atenção aos superdotados iniciou após o término da II Guerra Mundial, tendo seu auge na década de 60 com a Guerra Fria. O que se observou, foi que entre os anos de 1945 e 1989 – quando acontece a queda do Muro de Berlim – os EUA e a antiga URSS empreenderam mais do que uma batalha ideológica e política, mas uma disputa pela supremacia geopolítica do planeta.

Esse período que hoje conhecemos como Corrida Espacial foi uma das épocas de maior avanço científico e técnico em todos os seguimentos envolvidos, pois ambas as potências queriam ampliar os conhecimentos que detinham sobre a questão espacial. Tal época também foi um marco no que se refere aos superdotados, pois neste período da Guerra Fria a busca por mentes talentosas e capazes de produzir conhecimento científico inovadores foi marcante.

Os EUA, desde o início dos anos 50, investiram em programas oficiais para superdotados, bem como, pesquisadores começam a estudar novas formas de abordagens

para a teoria da inteligência. Contudo, na década de 60, com o avanço dos conhecimentos espaciais soviéticos é que se proliferou o interesse por essa área pelos norte-americanos. Ratificando tal interesse, tem-se a Lei Federal "National Defense Education ACT of 1958" que oficializa a busca por estes jovens talentosos nos EUA:

[...] o congresso declarava que a nação se encontrava em situação de emergência, o que exigia o pleno desenvolvimento dos recursos intelectuais de seus jovens talentosos de ambos os sexos, devendo-se para isso ampliar esforços no sentido de identificar e educar o maior número deles, utilizando programas que assegurassem aos estudantes dotados de potencialidade oportunidades de educação avançada, de modo que a nação não ficasse privada de nenhum jovem com capacidade, por motivo de dificuldade financeira (FERRER, 2004, p. 8).

O Brasil, influenciado pelos movimentos desencadeados por estas duas potências mundiais, vem desenvolvendo pesquisas espaciais desde a década de 1960, focando seus estudos em satélites de comunicação e pesquisa e foguetes de sondagem.

Este cenário histórico proporcionou um pano de fundo para a constituição do que entendemos hoje como sujeito das altas habilidades em nosso país. Como colocado anteriormente, sendo este sujeito uma produção discursiva, para compreendê-lo, precisamos nos ater ao conjunto de regras que lhe dão forma.

Considerando que o movimento da Guerra Fria foi o mote na busca aos superdotados, tem-se como efeito no Brasil uma grande quantidade de produções acadêmicas sobre o assunto. Registra-se que mais de 50 publicações aconteceram até a década de 70, como livros, artigos, anais de eventos etc. Buscando normalizar as ações que já aconteciam no âmbito escolar e acadêmico, temos em 1961 a primeira referência ao assunto nas políticas educacionais – com a LDB, com menção aos excepcionais. Na década de 70, após os grandes acontecimentos espaciais encabeçados pelos soviéticos e norte-americanos, temos a LDB de 1971 e uma série de Pareceres do Conselho Nacional de Educação que vão falar pela primeira vez no termo superdotado e nas condições de seu atendimento.

É na década de 80, período que observamos o final da Guerra Fria, que as políticas educacionais deixam de engatinhar e passam a caracterizar e constituir o sujeito das altas habilidades. Não apenas mudam a nomenclatura, como a definição do que se entende como portador de altas habilidades, bem como, alinham as diretrizes do atendimento a eles com as políticas internacionais. Formalizando assim, a necessidade de identificá-los e enriquecer seus potenciais.

A partir da década de 80, a produção científica sobre o assunto superou a produção no plano acadêmico. É possível ventilar que a comunidade científica passou a investigar tais eventos e suas relações com as atividades escolares. Cabe destacar, que é no século XXI que se pode registrar uma significativa mobilização científica tratando das altas habilidades.

Diferentemente das produções acadêmicas, que contavam com um número razoável de publicações antes dos anos 70, a pesquisa científica foi quase inexistente nesse período. Isso se deu em parte pela forma com que o discurso educacional tratava os “diferentes”. Estes eram aqueles que não frequentavam a escola regular, bem como eram assujeitados a um discurso que os patologizava e os mantinha a margem dos discursos educacionais. Já as décadas de 80 e 90, foram o período em que iniciaram grandes discussões na esfera da inclusão dos “diferentes” na escola regular, e é na segunda metade da década de 90 que essa tendência ganha força, desencadeada por discussões de abrangência nacional e internacional.

Assim, no século XXI é que percebemos um ressurgimento desse discurso, reatualizado pelas discussões e estudos realizados a partir de encontros e congressos da área. As pesquisas científicas foram acompanhadas pela grande produção acadêmica, assim como, pelas mais marcantes legislações que tratavam da inclusão dos “diferentes” na escola regular.

No âmbito da matemática, temos uma mudança expressiva no que se refere a transposição daquele que era chamado de superdotado para o que hoje entendemos como sujeito portador de altas habilidades em matemática. Enquanto que o superdotado era caracterizado pelo seu alto desempenho em matemática, principalmente pelo seu domínio do campo numérico e algébrico; a habilidade numérica, a alta memória, a abstração, o pensamento divergente, o raciocínio lógico avançado, a rapidez de pensamento e o desenvolvimento elevado da capacidade mental, de acordo com Maitra e Sharma (apud MELO, 2007; ALENCAR e MOREIRA, 2010) são destacados como características específicas das altas habilidades em Matemáticas atualmente.

Essa (re)atualização do discurso se relaciona com a mudança de entendimento acerca da inteligência. Enquanto no passado, a avaliação para a identificação dos superdotados se dava pelo clássico teste do QI (Quociente de Inteligência); nos anos 90 passou a se

investir na aplicação de diferentes testes que avaliam as áreas das múltiplas inteligências descritas pelo psicólogo Howard Gardner, sejam elas: linguística, lógico-matemática, espacial, musical, corporal-cinestésica, interpessoal, intrapessoal e naturalista. Passa a se entender ainda que a inteligência esteja ligada a noções culturais, uma vez que define inteligência como a habilidade para resolver problemas ou criar produtos que sejam significativos num dado ambiente cultural (GARDNER, 2001).

Inclusão como prática neoliberal

A identificação dos sujeitos portadores de altas habilidades se justifica uma vez que o investimento em “cérebros” pode ser vista como uma política de governmentamento que, a longo prazo, beneficia o Estado. Tal aspecto está entrelaçado às questões do assujeitamento dos indivíduos e ao que entendemos como governabilidade ou, em outras palavras, o autogoverno dos sujeitos livres.

É preciso destacar que governo neste estudo está sendo utilizado com a ideia de conduta da conduta humana ou ainda como esclarece Dean,

[...] o governo envolve uma espécie de tentativa de deliberar e dirigir a conduta humana. Na perspectiva daqueles que buscam governar, a conduta humana é concebida como algo que pode ser regulado, controlado, moldado e transformado em determinados fins (1999, p. 10).

Sendo assim, faz-se a opção por trabalhar com o vocábulo governmentamento, como sugere Veiga-Neto (2002, p. 19), pois está se trabalhando com a ideia de governo como ação ou ato de governar e não como instituição do estado que toma para si a caução da ação de governar – este entendido como governo.

O processo de identificação de sujeitos portadores de altas habilidades passa a ser interessante neste sentido, pois ela não deixa de ser uma ação normalizadora, bem como, tem como alvo o governmentamento dos indivíduos. Veiga-Neto ainda destaca que:

As campanhas públicas funcionam como pedagogias culturais e, por isso, buscam o governmentamento sobretudo pelo discurso; elas pretendem ensinar o melhor comportamento e o que é melhor ou mais correto fazer, usar etc (2007, p. 958).

Assim, a partir destas práticas de normalização – em comunhão com os saberes e com os regimes de verdade – o que podemos intuir é uma possibilidade eminente de governmentamento e de estabelecimento de relações de poder sobre os indivíduos escolares.

O que percebemos hoje são práticas de governmentamento por parte da maioria dos países – principalmente aqueles tidos como desenvolvidos – uma vez que estes sujeitos quando

identificados e incentivados no desenvolvimento de suas habilidades, tornam-se força de trabalho capaz de produzir pesquisa e tecnologia. Produções acadêmicas atuais ratificando tal ideia, uma vez que defendem que:

As demandas tecnológicas são grandes e as soluções para os problemas complexos que ora vivemos e que teremos a enfrentar no futuro implicam que um investimento maior seja feito na área da educação, e especialmente na educação daqueles que têm um potencial intelectual superior. Se atentarmos para o fato que os Países desenvolvidos mantêm programas para atendimento e desenvolvimento de alunos com altas habilidades, chegaremos facilmente a conclusão de que é imprescindível investir no talento e excelência intelectual tão avidamente quanto temos procurado e investido em outros recursos naturais menos valiosos (FERRER, 2004, p. 10).

Desta forma, neste cenário contemporâneo faz sentido falarmos em diferentes habilidades, uma vez que a sociedade tem valorizado sujeitos com características peculiares, como por exemplo: capacidade excepcional de observação, capacidade de abstração mais desenvolvida, atitude de questionamento, ideias originais e divergentes, capacidade de analisar um acontecimento sob diferentes enfoques, forte liderança social, habilidade em desenvolver uma interação produtiva com outros sujeitos, habilidades superiores nas artes, nas habilidades motoras e refinadas. Ou seja, tem-se valorizado aspectos nunca antes apreciados pela escola, mas extremamente desejáveis no mundo competitivo e globalizado.

Osowski, no início da década de 90, já nos chamava a atenção para o fato de que:

[...] as relações entre capital e trabalho não são simplesmente relações econômicas; são, acima de tudo, relações sociais. Tais relações sociais são determinadas pelo modo de produção capitalista, concretizando uma forma de viver peculiar, com determinadas necessidades e realizações, gerando, inclusive, “uma nova pessoa”, não só “adequada” ao sistema capitalista mas também capaz de fortalecê-lo. Os chamados superdotados são produzidos concretamente pelo modo de produção capitalista; concomitantemente, eles encarnam, representam e fortalecem o próprio sistema capitalista (OSOWSKI, 1991, p. 104).

Vale ressaltar, que a competitividade de uma nação é determinada pelo número de cientistas que ela consegue produzir e esse é um pré-requisito para o desenvolvimento da economia na racionalidade contemporânea.

Ante a discussão realizada até aqui, pode-se acompanhar acontecimentos que proporcionaram a (re)atualização da prática discursiva acerca dos portadores de altas habilidades. Aqueles que antes eram nomeados como superdotados e que tinham, sobretudo, um valor científico para o Estado; atualmente são conhecidos como portadores de altas habilidades e apresentam além do valor já mencionado, significativo valor social e econômico.

A busca pela caracterização e individualização dos sujeitos escolares permite que todos possam estar inseridos na escola regular e, conseqüentemente, “inseridos na lógica da governamentalidade neoliberal, que cada vez mais pressupõe o alargamento das funções da escola” (KLEIN, 2009, p. 150).

Com efeito, a escola moderna, que tinha como mote educar os cidadãos mais produtivos e que não tinha espaço para os diferentes – dentre eles os portadores de altas habilidades – hoje está em transformação para incluir a “todos”. A prática discursiva da inclusão, que se fundamenta em normas comportamentais, se torna uma ferramenta a serviço da racionalidade neoliberal, que espera que todos estejam inseridos na lógica de mercado.

Lopes explicita tal ideia da seguinte forma:

Dentro do neoliberalismo, como forma de vida do presente, certas normas são instituídas não só com a finalidade de posicionar os sujeitos dentro de uma rede de saberes, como também de criar e conservar o interesse de cada um em particular; para que se mantenha presente em redes sociais e de mercado. Todos estamos, de uma maneira, sendo conduzidos por determinadas práticas e regras implícitas que nos levam a entrar e a permanecer no jogo econômico do neoliberalismo (2009, p. 109).

Logo, olhar para a conduta destes sujeitos é uma prática que faz parte desta racionalidade governamental. O que se procura são crianças com potencial maior e que possam ser preparadas para se tornarem agentes de mudança e, com isso, atendam aos interesses da racionalidade neoliberal contemporânea.

Os sujeitos escolares precisam se tornar cidadãos que vivam em condições de sustentabilidade, de autocontrole e empresariamento e que mantenham-se sempre em atividade, ou seja, participando do jogo de mercado. Mas para que todos possam participar deste jogo, precisamos proporcionar sua inclusão, embora se contemple diferentes níveis de participação nas redes produtivas.

Em outras palavras, tais ações permitem que se conduza a conduta humana em diferentes grupos sociais no mundo globalizado em que vivemos. Assim, esta lógica de governo neoliberal fomenta que a inclusão escolar proporcione que este sujeito seja educado para entrar no jogo de mercado. Uma vez alcançado este objetivo, é preciso mobilizar o sujeito para que ele permaneça e deseje permanecer minimamente incluído neste jogo, ou seja, esta é a forma que o Estado encontrou de “garantir para cada indivíduo uma condição econômica, escolar e de saúde” com o intuito de que consigam contornar a situação de miséria em que se encontram e, por conseguinte, façam parte do sistema.

A identificação dos portadores de altas habilidades passa a ser parte de uma sofisticada estratégia de controle para que nenhum sujeito escape aos olhos do mercado e se “mantenham dentro de uma escala prevista de normalidade” (LOPES, 2009, p.165). É preciso permitir, que com maior ou menor intensidade estes sujeitos participem do jogo de mercado contemporâneo e, para isso, a escola apresenta um papel fundamental.

Assim, o discurso pró-inclusão e identificação dos portadores de altas habilidades passa a apresentar pelo menos duas finalidades: a de identificar sujeitos que hoje possam apresentar características diferenciadas que contribuam para a implementação desta racionalidade neoliberal, assim como, a de garantir sua participação na sustentabilidade, na geração e no estabelecimento do mercado. As considerações apontadas neste texto nos proporcionam um recorte da necessidade de estarmos provocando as escolas e aqueles envolvidos com a educação a refletir sobre as práticas que posicionam os sujeitos e se naturalizam no ambiente escolar.

Referências bibliográficas

- Deleuze, G. (2006). *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.
- Ferrer, R. (2004). O Acesso aos níveis mais elevados de ensino como garantia constitucional do aluno portador de altas habilidades. *Revista Eletrônica da UNESC*, 3, 1 – 12.
- Fischer, R. (1999). Foucault e o desejável conhecimento do sujeito. *Educação e Realidade*, 1, 39 – 59.
- Gardner, H. (2001). *Inteligência: um conceito reformulado*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Klein, R. (2009). Reprovação escolar: prática que governa. En M. LOPES y M. HATTGE (Eds.), *Inclusão Escolar: conjunto de práticas que governam*, pp. 149 – 168. Belo Horizonte: Autêntica.
- Lopes, M. Inclusão como prática política de governamentalidade. En M. LOPES y M. HATTGE (Eds.), *Inclusão Escolar: conjunto de práticas que governam*, pp. 107 – 130. Belo Horizonte: Autêntica.
- Lopes, M. (2009). Políticas de Inclusão e Governamentalidade. *Educação & Realidade*, 34, 153 – 169.
- Melo, M. (2007). Altas Habilidades/Superdotação em Matemática. *Boletim da Faculdade Jesus Maria José*, 1 – 3.
- Moreira, G. y Alencar, E. (2010). Perfeccionismo e superdotação em Matemática: uma reflexão para a comunidade escolar. *XIV Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática*, Campo Grande.
- Oowski, C. (1991). Os chamados superdotados: um fetichismo para fortalecer o sistema capitalista? *Educação & Sociedade*, 38, 100 – 109.